

KALUNGA S.A.

CNPJ 43.283.811/0001-50 • NIRE 35.300.558.120

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações estatutárias e legais, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras da Kalunga S.A. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 21 de março de 2024.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Notas	2023	2022		
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.516	17.338		
Contas a receber	7	160.463	122.472		
Aplicações financeiras	6	4.377	5.310		
Estoques	8	510.484	499.170		
Impostos a recuperar	9	344.974	432.923		
Outros ativos		7.512	7.376		
Total do ativo circulante		1.033.326	1.084.589		
Ativo não circulante					
Outros ativos		-	671		
Partes relacionadas	10	604.311	649.891		
Depósitos judiciais	11	37.402	27.503		
Impostos a recuperar	9	14.640	30.646		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	27.963	6.526		
Imobilizado	13	82.741	94.888		
Intangível		1.503	1.944		
Direito de uso	12	392.616	455.308		
Total do ativo não circulante		1.161.176	1.267.377		
Total do ativo		2.194.502	2.351.966		
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	14	775.607	867.858		
Empréstimos e financiamentos	15	270.436	163.674		
Empréstimos com partes relacionadas	10	-	100.817		
Obrigações trabalhistas		34.275	32.171		
Obrigações fiscais	16	44.848	37.652		
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	3.761		
Passivo de arrendamento	12	103.443	98.780		
Dividendos a pagar	19.f	-	22.611		
Receita diferida	17	5.289	5.545		
Vendas para entregas futuras		81	478		
Receita diferida de contrato de parceria		23.751	23.503		
Outros passivos		33.053	38.881		
Total do passivo circulante		1.290.783	1.395.731		
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	396.266	339.769		
Empréstimos com partes relacionadas	10	-	4.914		
Receita diferida de contrato de parceria		9.792	33.292		
Passivo de arrendamento	12	362.337	424.587		
Provisão para desmantelamento		6.718	6.519		
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	5.055	8.005		
Obrigações fiscais	16	6.221	5.653		
Total do passivo não circulante		786.389	822.739		
Total do passivo		2.077.172	2.218.470		
Patrimônio líquido					
Capital social	19.a	56.127	56.127		
Reserva de capital		6	6		
Reserva legal	19.c	11.225	6.420		
Reserva para investimento	19.d	49.972	70.943		
Total do patrimônio líquido		117.330	133.496		
Total do passivo e patrimônio líquido		2.194.502	2.351.966		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2023	2022
Receita líquida	21	2.425.203	2.369.431
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(1.475.150)	(1.446.270)
Lucro bruto		950.080	923.161
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(614.957)	(590.509)
Gerais e administrativas	23	(87.698)	(76.710)
Outras receitas, líquidas	24	23.544	638
		(679.111)	(666.581)
Lucro operacional		270.969	256.580
Despesas financeiras	25	(264.632)	(264.100)
Receitas financeiras	25	148.399	144.096
Resultado financeiro	25	(116.233)	(120.004)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
		154.736	136.576
Corrente	26	(71.396)	(65.352)
Diferido	26	21.437	23.979
Imposto de renda e contribuição social	26	(49.959)	(41.373)
Lucro líquido do exercício		104.777	95.203
Quantidade de ações do capital social	27	622.139.776	622.139.776
Lucro por ação - básico e diluído (expresso em Reais)	27	0,1684	0,1530
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2023	2022
Lucro líquido do exercício		104.777	95.203
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		104.777	95.203
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para investimento	Reserva especial de dividendos	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021							
Aumento de capital com reserva	19.b	8.300	6	1.660	38.981	-	48.947
Aumento de capital com dividendos	19.b	35.870	-	-	(35.870)	-	-
Lucro líquido do exercício		11.957	-	-	-	-	11.957
Constituição de reservas	19.d	-	-	4.760	67.832	-	95.203
Dividendos mínimos obrigatórios	19.f	-	-	-	-	-	(72.592)
Em 31 de dezembro de 2022							
Dividendos propostos	19.b	56.127	6	6.420	70.943	-	(22.611)
Lucro líquido do exercício	19.b	-	-	-	(70.943)	-	-
Constituição de reservas		-	-	4.805	49.972	-	104.777
Dividendos mínimos obrigatórios	19.g	-	-	-	-	-	(54.777)
Dividendos extraordinários	19.g	-	-	-	-	-	(24.993)
Em 31 de dezembro de 2023							
		56.127	6	11.225	49.972	-	(25.007)
							117.330

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. A Kalunga S.A. ("Kalunga" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 225 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (221 lojas em 31 de dezembro de 2022). Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Desempenho.** A Companhia, assim como no exercício de 2022, apresentou incremento das vendas, sobretudo no primeiro trimestre. Esse aumento é reflexo do cenário econômico brasileiro, forte período de volta às aulas, esforço da Administração na ampliação de parcerias e dos canais de vendas. Quando comparado ao exercício de 2022, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou crescimento de 2,4%, sendo justamente as lojas físicas que apresentaram um melhor desempenho, com um aumento de 3,7%. No exercício de 2023, as lojas físicas representam 81,8% (em 2022, 80,7%), portanto, uma expansão de 1,1% da receita líquida total da Companhia. A Companhia expandiu a margem bruta de 39,0% em 2022 para 39,2% em 2023. **(i) Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.** Em 2023, apesar do crescimento das vendas na maioria dos canais, a Administração prezando pelas melhores práticas, considerando o aspecto histórico e de expectativa de perda futura, estimou o percentual de perdas sobre o faturamento nos canais digitais, através de cartões de crédito, em 0,77% (0,51% em 31 de dezembro de 2022), o qual é utilizado como métrica para constituição e/ou manutenção da provisão para perda de crédito esperada. Em relação às vendas corporativas, a ação contínua da Administração da Companhia na mitigação prévia dos riscos, contribuiu para a manutenção dos percentuais de recuperação históricos da Kalunga nas diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado e, portanto, no controle dos percentuais de perdas históricas, os quais, servem de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos. Com base no monitoramento da carteira de clientes e gestão de crédito, a Companhia mensurou os níveis de provisão para perdas com recebíveis. Em relação ao total do contas a receber de clientes, a provisão em 31 de dezembro de 2023 equivale a 1,1% (idem em 31 de dezembro de 2022). Portanto, se mantendo no mesmo patamar do exercício anterior, sobretudo em função dos esforços da Administração na mitigação e controle de riscos, ainda que considerando o saldo de antecipações de recebíveis de R\$112.021, existente em 31 de dezembro de 2023 (R\$134.955 em 31 de dezembro de 2022). **(ii) Valor de recuperação dos estoques.** Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia apurou oscilação positiva em relação aos custos de aquisição. Como pode ser constatado na demonstração do resultado do exercício, a margem bruta em 2023, quando comparado a 2022, teve um leve aumento de 0,2 ponto percentual, de 39,0% para 39,2%, como resultado do crescimento das vendas em 2023 e da mudança da estratégia da Companhia de recompor, de forma criteriosa, as margens dos produtos baseado na força da marca Kalunga. **(iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente.** O cenário interno segue consistente com o quadro de desaceleração econômica esperada pelo COPOM, com a inflação ao consumidor em uma trajetória de desinflação, mas com o mercado de trabalho aquecido. No cenário internacional, as principais economias permanecem empenhadas na convergência das taxas de inflação as suas respectivas metas, mas pressionadas pelos dados de mercado de trabalho, portanto, exigindo ainda cautela. Ambos os cenários são monitorados pelo COPOM dado a estratégia de convergência da inflação ao redor da meta ao longo do horizonte relevante, que contempla o ano de 2024 e parte de 2025. Conforme Ata do Comitê de Políticas Monetárias (COPOM) do Banco Central do Brasil (BCB), dos dias 12 e 13 de dezembro de 2023 e publicada em 19 de dezembro de 2023, a expectativa do mercado para a Selic em 2023 foi reduzida para 11,75% a.a., enquanto a taxa acumulada do DI em 12 meses em 31 de dezembro de 2023 foi de 13,04%. Como consequência desse cenário e considerando as taxas de antecipação de recebíveis praticadas recentemente, a Companhia revisou as taxas de juros utilizadas para desconto a valor presente em 31 de dezembro de 2023, que resultaram numa diminuição quando comparadas com 31 de dezembro de 2022, como segue:

	2023	2022
Taxa de juros – AVP Clientes	0,97%a.m.	1,19%a.m.
Taxa de juros – AVP Fornecedores	1,13%a.m.	1,33%a.m.
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	1,10%a.m.	1,28%a.m.

(iv) Realização de imposto de renda diferido ativo. Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais a atividade da Companhia. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização. **(v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso.** Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos. Em 2023 e 2022, não foram obtidos benefícios de arrendadores. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$257.457 (R\$311.142 em 31 de dezembro de 2022) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Companhia ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 21 dias em 31 de dezembro de 2023 (15 dias em 31 de dezembro de 2022) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 214 dias em 31 de dezembro de 2023 (234 dias em 31 de dezembro de 2022). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A Companhia apresenta um patrimônio líquido de R\$117.330 em 31 de dezembro de 2023 (R\$133.496 em 31 de dezembro de 2022), o que representa uma redução de 12,1%, a qual foi ocasionada pela redução das reservas de lucros, no montante de R\$16.166 mil. Em relação à geração de caixa operacional, a Companhia apresentou o valor de R\$244.314 em 2023 que comparado aos R\$476.874 gerados em 2022, representa uma redução de 48,8%. Tal variação deve-se substancialmente a redução da conta fornecedores em decorrência da substituição das transações de risco sacado de partes relacionadas por empréstimos e financiamentos. A estratégia de crescimento da Companhia permanece baseada na expansão dos pontos de vendas no território nacional, sobretudo canalizando sua atuação em locais em que ainda está pouco presente. Continuam os estudos e desenvolvimento de atividades alternativas, principalmente focando nos canais digitais e "Ominichannel" da operação, com o desenvolvimento de novas ferramentas e formas de atendimento ao cliente, como por exemplo o *store pick-up* e o *shipping from store*. Adicionalmente, a Administração identifica boas possibilidades para a expansão de unidades de Copy & Print dentro das lojas Kalunga, que em 2023 gerou receita líquida de R\$3.944 (R\$3.919 em 2022). Analisando o desempenho do crescimento da Companhia, a Administração acredita muito no *Online Partner Store*, quando a Companhia faz parcerias exclusivas com alguns de seus fornecedores para efetuar a gestão e operação de seus *e-commerces*. Desde sua inauguração no quarto trimestre de 2019,

este serviço vem apresentando resultados significativos. As vendas brutas com *Online Partner Store* foram de R\$73 milhões em 2023, redução de 11% em relação ao exercício anterior (R\$81 milhões em 2022). A Companhia, como em anos anteriores, tem utilizado os recursos de instituições financeiras de grande porte no mercado nacional. As linhas de crédito mais utilizadas são: capital de giro (garantidos por aval dos acionistas e recebíveis) e antecipações de recebíveis (cartões). **Aquisição da Spiral.** Em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os "Vendedores") para a aquisição de 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral"), no valor total de R\$106.250. O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Kalunga contra os vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada. A conclusão de referida transação até 31 de dezembro de 2023 ainda não havia ocorrido e está sujeita à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e de realização de oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Kalunga passará à condição de acionista controladora da Spiral. **2. Base de elaboração.** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Em consonância com a Deliberação CVM N° 557, de 12 de novembro de 2008, a Companhia na condição de companhia aberta apresenta as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, segundo o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2024. **3. Políticas contábeis. 3.1 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, são valorizados pelo custo amortizado e acrescidos de rendimentos auferidos até a data de reporte e sujeitos a risco insignificante de desvalorização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2 Contas a receber de clientes.** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor líquido de realização, ajustado a valor presente, e compreendem basicamente as operações com cartões de crédito e vendas a prazo. Para as vendas com cartões de crédito, o risco de inadimplência é das administradoras de cartões de crédito. Sobre as vendas com cartão de crédito a Companhia reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (*chargeback*), para os demais recebíveis a Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperada conforme a normativa aplicável. **3.3 Estoques.** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente e ao valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados tributos sobre as vendas, e acordos comerciais recebido de fornecedores. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **3.4 Acordos comerciais.** Acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares, são apresentados como redutores do custo das compras e, portanto, a parcela de produtos não comercializados é apresentada como redutora do custo dos estoques. A liquidação destes acordos ocorre por meio de depósitos em espécie ou abatimento de faturas a pagar aos fornecedores. Saldos de acordos comerciais cuja obrigação da Companhia foi cumprida, porém não recebidos, são apresentados como recebíveis quando não há saldos a pagar ao respectivo fornecedor. **3.5 Depósitos judiciais.** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis. **3.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulan-

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		154.736	136.576
Ajuste para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa:			
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	9	(20.043)	-
Depreciação e amortização		132.509	129.117
Valor residual baixado de ativo imobilizado e arrendamento		(1.727)	(517)
Provisão para perdas esperadas de contas a receber	7	3.769	2.550
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(1.458)	(569)
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques		(1.984)	1.770
Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	25	(98.558)	(92.949)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	25 e 28.3	647	717
Juros de empréstimos e financiamentos	25 e 28.3	98.963	87.971
Juros de passivo arrendamento	12	57.317	62.133
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores		(2.684)	(5.655)
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(3.629)	(2.218)
Outros		711	(7.853)
		318.569	311.073
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(41.819)	(46.699)
Estoques		(9.530)	(15.406)
Impostos a recuperar		56.269	83.166
Outros ativos		535	(2.427)
Depósitos judiciais		(6.270)	(4.766)
Adiantamentos a partes relacionadas		42.943	(9.982)
Fornecedores terceiros		(20.864)	27.247
Fornecedores risco sacado terceiros		8.720	1.361
Fornecedores risco sacado partes relacionadas		(77.164)	53.523
Obrigações trabalhistas		2.104	1.751
Obrigações fiscais		2.021	5.336
Receita diferida		(256)	3.506
Pagamento de processos cíveis e trabalhistas		(1.492)	(60)
Receita diferida de contrato de parceria		(23.252)	56.795
Outros passivos		(5.803)	11.978
Vendas para entregas futuras		(397)	478
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		244.314	476.874
Atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos para partes relacionadas, líquido de recebimentos		(42.359)	(38.134)
Aplicação financeira		933	(1.823)
Aquisição de ativo imobilizado	13	(12.185)	(9.257)
Aquisição de ativos intangíveis		(593)	(622)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(54.204)	(49.836)

tes, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos que são classificados sempre no ativo/passivo não circulante, independentemente do seu prazo de realização/liquidação. **3.7 Ajuste a valor presente.** O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, dos respectivos ativos e passivos. A Companhia efetua o desconto a valor presente do contas a receber de clientes, estoques, arrendamentos e fornecedores. As taxas utilizadas e montantes dos ajustes a valor presente estão descritas nas Notas 7, 8, 12 e 14. **3.8 Intangível.** São classificados nesta conta os gastos com aquisições de licenças de uso de *softwares* utilizados na operação do banco de dados e dos sistemas operacionais, estando avaliados pelo custo de aquisição. Conforme análises técnicas da área de tecnologia a vida útil estimada é de cinco anos, sendo amortizado durante esse período de forma linear. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revisitos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.9 Arrendamentos.** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária.** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso.** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, no mínimo, pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento.** No início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos, a serem realizados durante a vigência do arrendamento, brutos de PIS e COFINS e renovação, quando esta seja permitida pelo contrato e seja intenção da Companhia. Tais pagamentos incluem valores fixos, menos quaisquer incentivos a receber, valores variáveis que dependem de um índice ou taxa, e/ou valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos incluem o preço de exercício de opção de compra, ou o pagamento de multa pela rescisão contratual, de acordo com a opção exercida pela Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental nominal, na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento e/ou alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável. **Provisão para desmantelamento de lojas.** Para os contratos de alugueis de lojas, a Companhia efetua uma estimativa dos custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do contrato de arrendamento. A provisão para desmantelamento é demonstrada em conta separada do passivo não circulante, tendo como contrapartida o ativo por direito de uso. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora. **3.10 Imobilizado.** As benfeitorias e as instalações, compreendem os gastos com as estruturas e a preparação para operacionalizar as lojas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As benfeitorias são depreciadas pelo menor prazo entre a vida útil estimada da benfeitoria ou do prazo de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia avaliou as taxas atuais de depreciação e concluiu que são adequadas, considerando que não houve nenhuma mudança operacional relevante em seu negócio. Dessa forma, decidiu manter inalteradas as taxas de depreciação, calculadas usando o método linear para alocar os custos dos ativos durante a sua vida útil estimada, como segue:

	Taxa média de depreciação em % a.a.	
	2023	2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros (conforme prazo contratual da locação)	12,5	12,5
Instalações	9,6	9,6
Empilhadeiras	8,3	8,3
Móveis, utensílios	9,4	9,4
Aeronaves	3,9	3,9
Veículos	5	5
Outros	10,9	10,9

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **3.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Caso haja necessidade de estimar o valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia, limitado ao prazo de utilização previsto para o ativo, que pode ser contratual ou com base em sua vida útil. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes para as unidades geradoras de caixa (definidas como lojas e centros de distribuição), os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. A perda por desvalorização do ativo, quando identificada, é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para os ativos intangíveis, direito de uso e ativo imobilizado, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. **3.12 Fornecedores.** Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias e serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão apresentadas descontadas a valor presente. **3.13 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos.** A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada "risco sacado". Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre ambos. Os prazos de pagamento e os preços praticados na compra de produtos desses fornecedores se mantem os mesmos antes e depois da inclusão no risco sacado, havendo somente a alteração do destinatário do pagamento (instituição financeira ao invés do fornecedor). Os prazos de pagamentos estão compreendidos dentro do ciclo normal de operação da Companhia. Portanto a Companhia apresenta o saldo destas transações operacionais em "Fornecedores nacionais – risco sacado" em seu passivo circulante. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente. **3.14 Empréstimos e financiamentos.** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros. **3.15 Provisões. Geral.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem

como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.16 Tributos. Imposto de renda e contribuição social - correntes.** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou os valores passíveis de compensação, quando aplicável, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. **Tributos diferidos.** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto, quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados, quando aplicáveis, são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendem fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **Tributos sobre vendas.** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais. **3.17 Benefícios a funcionários e administradores.** A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores e não mantém plano de benefícios a funcionários e administradores na forma de planos de bônus ou participação nos lucros. **3.18 Reconhecimento de receitas e custos.** A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir: **a) Venda de produtos.** A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador. **b) Prestação de serviços.** Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro contra roubo, furto e quebra accidental e serviços gráficos (Copy & Print) as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. **c) Direito de devolução.** As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce*. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando, conforme política da Companhia, expira a validade para troca destes créditos. **d) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados.** Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os custos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores. **3.19 Receitas (despesas) financeiras.** Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **3.20 Lucro (prejuízo) por ação.** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em quotas efetivas. O prejuízo no exercício é considerado anti-dilutivo. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possuía instrumentos de patrimônio portanto o lucro (prejuízo) básico e diluído são idênticos. **3.21 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente.** A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria. **Ativos financeiros ao custo amortizado.** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas. **Desreconhecimento.** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** As perdas esperadas de crédito são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas de crédito são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda esperada de crédito de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda esperada de crédito). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas esperadas de crédito em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A provisão para perdas de créditos esperadas é calculada com base no histórico de perdas dos últimos 2 anos, porém considerando também as perdas esperadas sobre os recebíveis a vencer. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **ii) Passivos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração.** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge*

em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, e contas a pagar a partes relacionadas. **Mensuração subsequente.** A Companhia possui instrumentos financeiros passivos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria. **Passivos financeiros ao custo amortizado.** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento.** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros.** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **iv) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.22 Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS. A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. A DVA da Companhia mostra um aumento na geração de valor em 2023, bem como um crescimento na sua distribuição entre pessoal, governo, financiadores e acionistas. O aumento na remuneração de capitais próprios sinaliza uma posição financeira saudável e um foco no retorno ao investidor. O crescimento na receita e no valor adicionado líquido reflete positivamente a eficiência e o resultado das operações da empresa, sugerindo uma capacidade crescente de gerar valor a partir de suas atividades. **3.23 Pronunciamentos novos ou revisados vigentes a partir de 2023. Alterações no CPC 23, CPC 26 (R1), CPC 32 e CPC 50.** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • **Alterações no CPC 23 / IAS 8** – As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. • **Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1** – Apresentação das Demonstrações Contábeis envolvendo a classificação como passivo circulante e não circulante. Também houve alteração relacionados a aplicação do julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. • **Alterações no CPC 32 / IAS 12** – Tributos Sobre o Lucro trata da reforma tributária internacional - regras Modelo do Pilar Dois. • **CPC 50 / IFRS 17** – Contratos de Seguro estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. A vigência dessas alterações é estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovam. Para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2023. As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. **3.24 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes.** O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas: • **Alteração da norma IFRS 16** – Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno: Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. • **Alteração da norma IAS 1** – Passivo Não Circulante com "Covenants": Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. • **Alteração da norma IAS 7 e IFRS 7** – Demonstração dos Fluxos de Caixa: Esclarece aspectos referentes aos requisitos de divulgação de informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamentos de fornecedores. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. **Alteração da norma IAS 21** – Ausência de Conversibilidade: Esclarece aspectos para especificar quando uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não é, e específica como uma entidade determina a taxa de conversão quando uma moeda não é conversível. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. **3.25 Segmento operacional.** A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Recuperação de créditos tributários.** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor é época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia. **Ativo imobilizado e intangível.** O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária).** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos.** A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incre-

mental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o *rating* de crédito, *spreads* históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	2.560	7.204
Aplicações financeiras	2.956	10.134
	<u>5.516</u>	<u>17.338</u>

O saldo de aplicações financeiras é composto substancialmente por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), de liquidez imediata, em bancos de primeira linha e que rendem entre 2% a 10% (2% a 10% em 2022) da variação do CDI).

6. Aplicações Financeiras

	Tipo	Rentabilidade	Vencimento	2023	2022
	CDB (*)	98% CDI	06/11/2023	-	2.281
	CDB (*)	103% CDI	04/12/2023	-	3.029
	CDB (*)	98% CDI	11/11/2024	1.004	-
	CDB (*)	103% CDI	09/12/2024	3.373	-
				<u>4.377</u>	<u>5.310</u>

(*) As respectivas aplicações financeiras são objeto de garantia de empréstimos obtidos pela Companhia junto as instituições financeiras conforme Nota 15 (a)

7. Contas a receber

	2023	2022
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	110.732	81.525
Duplicatas a receber (ii)	27.336	27.320
Carteira digital / <i>Marketplace</i>	20.606	13.737
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	3.363	400
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	1.699	2.356
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.512)	(1.453)
	<u>162.224</u>	<u>123.685</u>

Provisão para perdas esperada para crédito de liquidação duvidosa	(1.761)	(1.413)
	<u>160.463</u>	<u>122.472</u>

(i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo bruto de cartões de terceiros é de R\$222.753 (R\$216.480 em 31 de dezembro de 2022) e o saldo de antecipações de cartões é de R\$112.021 (R\$134.955 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

Composição por prazo de vencimento dos recebíveis:

	2023	2022
A vencer	159.539	121.120
Vencidos até 30 dias	1.246	1.423
Vencidos de 31 até 60 dias	164	255
Vencidos de 61 até 90 dias	80	126
Vencidos de 91 até 360 dias	587	381
Vencidos acima de 360 dias	608	580
	<u>162.224</u>	<u>123.885</u>

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está conforme abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	(1.413)	(1.405)
(+) Constituição de provisão	(3.769)	(2.550)
(-) Baixa por perda efetiva do contas a receber	3.421	2.542
Saldo final	<u>(1.761)</u>	<u>(1.413)</u>

Qualidade de créditos. Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Companhia considera baixo o risco de crédito e adota como política baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos para os quais foram esgotados todos os procedimentos de tentativa de recuperação. Foi constituída provisão para perda de crédito esperada, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Companhia. Assim, a Companhia concluiu que o risco de perdas é equivalente a 1,1% em 31 de dezembro de 2023 (idem em 31 de dezembro de 2022) sobre o total das contas a receber líquido de antecipações de cartões. A Administração da Companhia julga que os saldos de provisão são suficientes para cobrir perdas esperadas. **Ajuste a valor presente.** O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 0,97% ao mês (1,19% ao mês em 31 de dezembro de 2022), que seria aplicada pela tesouraria da Companhia, caso ocorresse antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

8. Estoques

	2023	2022
Mercadorias para revenda nos centros de distribuição nas lojas	205.301	212.001
Acordos comerciais	328.927	312.731
Ajuste a valor presente (AVP)	(13.479)	(13.513)
	(9.149)	(8.949)
Provisão para obsolescência	(1.116)	(3.100)
	<u>510.484</u>	<u>499.170</u>

O valor presente das compras de produtos, não vendidos em 2023 foi calculado considerando a taxa de 1,13% ao mês, (1,33% ao mês em 31 de dezembro de 2022) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização. Não há estoques concedidos em garantia de quaisquer operações financeiras e ou comerciais.

A movimentação da provisão para obsolescência está conforme abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	(3.100)	(1.330)
(Provisão) reversão	1.984	(1.770)
Saldo final	<u>(1.116)</u>	<u>(3.100)</u>

9. Impostos a recuperar

	2023	2022
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	318.393	319.621
ICMS a recuperar - operações correntes (saldo credor)	10.992	2.785
Créditos de PIS/COFINS a compensar (ii)	14.640	124.297
PIS/COFINS a recuperar	10.908	15.381
Antecipação IRPJ/CSLL	3.512	-
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	1.169	1.485
Total	<u>359.614</u>	<u>463.569</u>
Circulante	344.974	432.923
Não circulante	14.640	30.646

(i) ICMS substituição tributária. A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais nos 52.847 e 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária. O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado a resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2023, o montante recuperado foi de R\$474.590 (R\$345.952 em 31 de dezembro de 2022), conforme legislação específica. Os valores relativos ao ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código "hash", informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores. **(ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.** A Companhia possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue: Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007. Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu em 2019 créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R\$257.607 sendo R\$142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. A Administração identificou riscos de recuperabilidade sobre os créditos que foram reduzidos em R\$18.905. Estes créditos potenciais foram avaliados como ativo contingente e, portanto, não registrados. Para este crédito potencial complementar, a Administração está preparando documentação suporte para o pedido de habilitação junto às autoridades fiscais. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório Nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100). Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (i) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (ii) diretamente na apuração, a partir de 2019. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF decidiu que a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS é válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Especial (RE) 574.706. Diante deste evento, a Companhia efetuou o registro contábil dos créditos do PIS / COFINS, para o período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 2017, no montante atualizado à Taxa SELIC, de R\$33.544, conforme item (i) da decisão, e não registrou ainda os possíveis créditos relativos ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017. O registro do crédito teve como contrapartida R\$23.116 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais em 2021 e R\$10.428 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras, dos quais, R\$2.898 foram contabilizados em 2023. Em 4 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento do Recurso de Apelação da Fazenda Nacional, tendo o Tribunal decidido pela: (i) manutenção da sentença na parte em que garantiu o direito das empresas de excluírem o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo o ICMS-ST; e (ii) aplicação da modulação dos efeitos definida no julgamento de repercussão geral firmado pelo STF, de modo a não reconhecer o direito de as empresas reaverem os valores indevidamente pagos no período entre a vigência da Lei nº 12.973/2014 e 03/2017 (que foi a data do primeiro julgamento do STF). Especificamente com relação ao item (ii) da decisão acima mencionada, baseada na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia decidiu apresentar os competentes recursos, especialmente visando discutir a questão da modulação, de modo que não seja restringido o seu direito no mencionado período. Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício de 2023 foram registrados R\$3.667 como resultados financeiros (R\$10.930 em 31 de dezembro de 2022). Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Reconhecimento de crédito de transações de 2022	236.006
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	46.895
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	10.930
	<u>(169.534)</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Reconhecimento de crédito de transações de 2023	124.297
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	20.043
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	3.667
	<u>(133.367)</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2023

	236.006
	46.895
	10.930
	<u>(169.534)</u>
	124.297
	20.043
	3.667
	<u>(133.367)</u>
	14.640

Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo.

10. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	2023	2022
Ativo não circulante		
Adiantamentos e conta corrente		
Spiral do Brasil Ltda. (i)	57.740	86.689
Contratos de mútuo		
Acionistas controladores (ii)	535.876	554.821
Blantys Participações Ltda. (ii)	10.695	8.381
	<u>604.311</u>	<u>649.891</u>

Passivo circulante

Fornecedores

KA Solution – Tecnologia	1.121	953
Spiral do Brasil Ltda. – risco sacado	61.596	138.760

Empréstimos com partes relacionadas

Spiral do Brasil Ltda. (iii)	-	100.817
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	815	826
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	1.400	1.400
Spiral do Brasil Ltda.	279	279
	<u>65.211</u>	<u>243.035</u>

b) Transações com partes relacionadas

	2023	2022
Compras de produtos para revenda		
Aluguéis pagos e apropriados	-	-
Despesas com tecnologia	(14.704)	(819)
Total despesas com vendas e administrativas	<u>(279)</u>	<u>(14.704)</u>

Aluguéis recebidos e apropriados – administrativo

Aluguéis recebidos e apropriados – CD Barueri

Total de Outras Receitas

Receitas financeiras – mútuo	13.993	-
Despesas financeiras	-	(647)
Total resultado financeiro	<u>13.993</u>	<u>(647)</u>

Compras de produtos para revenda

Aluguéis pagos e apropriados

Despesas com tecnologia

Aluguéis recebidos e apropriados – administrativo

Aluguéis recebidos e apropriados – CD Barueri

Total de Outras Receitas

Receitas financeiras – mútuo

Despesas financeiras

Total resultado financeiro

	13.993	(647)
	<u>13.993</u>	<u>(647)</u>

c) Relacionamentos com partes relacionadas: As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades controladas pelos (ou sob influência dos) acionistas controladores da Kalunga. A Companhia não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora. **• Spiral do Brasil Ltda.** - fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo ("conta corrente") para esta empresa. Além disso a Kalunga possui financiamentos feitos pela Spiral conforme detalhado no item (iii) anterior; **• Blantys Participações Ltda.** - a Companhia não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos; **• Ka Solution Tecnologia** - parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Companhia; **• DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.** - locadora do imóvel da sede administrativa da Companhia. Além da locação, a Companhia eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos; **• Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.** - locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo). As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas. As despesas relativas à remuneração do pessoal chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Remuneração e encargos	11.220	9.744
Benefícios	382	624
Total	<u>11.602</u>	<u>10.368</u>

d) Avals com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é avaliada da Spiral: **i)** Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 20,0 milhões, com vencimento de janeiro de 2024 a julho de 2024 (R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2022); **ii)** Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Santander, no valor de R\$ 6,8 milhões, com vencimento de janeiro de 2024 a julho de 2024; **iii)** Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco ABC, no valor de R\$ 5,9 milhões, com vencimento em junho de 2024; **iv)** Em cartas de crédito para importação com o Banco Bradesco S.A., com vencimento até abril de 2024, no valor de R\$ 1 milhão (R\$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2022); **v)** Em cartas de crédito para importação com o Itaú Unibanco, com vencimento até maio de 2024, no valor de R\$ 12 milhões; **vi)** Em cartas de crédito para importação com o Banco ABC, com vencimento até março de 2024, no valor de R\$ 400 mil; **vii)** Em célula de crédito bancário junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 3,0 milhões, com vencimentos mensais e sucessivos de janeiro de 2024 a novembro de 2024 (R\$ 6,1 milhões em 31 de dezembro de 2022); e **viii)** E nova cédula de crédito bancário junto ao Banco Original, no valor de R\$ 7,0 milhões, com vencimentos mensais e sucessivos de janeiro de 2024 a junho de 2024 (R\$ 11,7 milhões em 31 de dezembro de 2022). A Companhia informa que, com relação aos avals prestados à Spiral em diversos contratos financeiros e de cartas de crédito, conforme divulgado acima, não há riscos descontrolados associados a essas transações. Ressaltamos que a Companhia adota uma política robusta de gerenciamento de riscos, visando mitigar quaisquer impactos adversos e garantir a sustentabilidade financeira de ambas as partes envolvidas.

11. Depósitos judiciais

	2023	2022
Processos tributários – PIS/COFINS (i)	19.468	14.316
Processos tributários – IRPJ/CSLL/PIS/COFINS (ii)	-	6.935
Processos trabalhistas	942	846
Processos cíveis	938	807
Processos tributários – ICMS DIFAL (iii)	16.054	4.599
	<u>37.402</u>	<u>27.503</u>

(i) Refere-se majoritariamente ao depósito em juízo dos valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagens, despesas com telefones e depreciação de máquinas e equipamentos) referentes ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 16 e a partir de então a Administração não reconheceu tais créditos. **(ii)** A partir do segundo trimestre de 2021, a Companhia passou a depositar em juízo os montantes relativos à tributação do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS sobre a atualização monetária dos créditos extemporâneos oriundos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 16). A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do *leading case* RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, os depósitos judiciais não foram mais efetuados. Em 31 de dezembro de 2023 tais depósitos judiciais foram resgatados, conforme sentença judicial, pelo montante de R\$7.307. **(iii)** Trata-se de questionamento judicial da legalidade da exigência do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL") pelas Unidades da Federação ("UFs") nas vendas interestaduais de mercadorias destinadas a consumidores finais não contribuintes do ICMS ("Serviços"). A partir da decisão do STF sobre os embargos de declaração dos estados da federação, passaram a ser efetuados depósitos judiciais a partir da competência setembro de 2021.

12. Arrendamentos

	Direito de uso	Passivo de arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>455.308</u>	<u>(523.367)</u>
Novos contratos (i)	42.706	(42.642)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	12.918	(12.918)
Baixa de contratos	(10.835)	12.900
Amortização de direito de uso	(107.481)	-
Juros apropriados no exercício	-	(57.317)
Pagamentos de arrendamentos	-	157.564
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>392.616</u>	<u>(465.780)</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>103.443</u>
Não circulante	<u>392.616</u>	<u>362.337</u>
Direito de uso, líquidos de amortização	390.410	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	2.206	-
Total	<u>392.616</u>	<u>-</u>

	Direito de uso	Passivo de arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>488.941</u>	<u>(544.986)</u>
Novos contratos (i)	14.454	(14.312)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	66.282	(66.282)
Baixa de contratos	(13.450)	15.312

Passivo não circulante		
Empréstimos com partes relacionadas		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. (iv)	-	4.914
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	3.125	3.990
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	5.015	6.415
Spiral do Brasil Ltda.	1.070	1.349
	<u>9.210</u>	<u>16.668</u>

(i) Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Companhia. A conta corrente é sujeita a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2023 ficou entre 0,98% e 1,59% ao mês (entre 1,04% e 1,59% em 2022), sem vencimento predeterminado. **(ii)** Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2023 ficou entre 0,98% e 1,59% ao mês (entre 1,04% e 1,59% em 31 de dezembro de 2022), sem vencimento predeterminado. **(iii)** Até novembro de 2022 eram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas ao longo dos anos, nos exercícios subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras eram transferidos para a Kalunga, que registrava a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. Em março de 2023, a Companhia conseguiu converter o saldo em aberto em empréstimos de capital de giro que serão amortizados mensalmente até março de 2028. **(iv)** Refere-se a contrato de mútuo, no valor de R\$ 4.000, firmado em 10 de novembro de 2021, cujo encargo financeiro corresponde a taxa média ponderada da captação de empréstimos contratados pelo mutuante junto a seus credores, com vencimento em 09 de novembro de 2026.

2023			
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Sócios-quotistas	Blantys Participações Ltda.
-	-	-	-
(819)	(1.400)	-	-
-	-	-	-
(819)	(1.400)	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	83.067	1.498
(647)	-	-	-
(647)	-	83.067	1.498

2022			
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Sócios-quotistas	Blantys Participações Ltda.
-	-	-	-
(796)	(1.325)	-	-
-	-	-	-
(796)	(1.325)	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	78.236	1.191
(717)	-	-	-
(717)	-	78.236	1.191

13. Imobilizado										
	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos em 31/12/2021	40.043	52.908	2.882	3.328	6.223	5.738	110	1.911	886	114.029
Custo total	143.895	113.507	26.021	6.834	13.676	9.447	159	3.690	886	318.115
Depreciação acumulada	(103.852)	(60.599)	(23.139)	(3.506)	(7.453)	(3.709)	(49)	(1.779)	-	(204.086)
Valor contábil, líquido	40.043	52.908	2.882	3.328	6.223	5.738	110	1.911	886	114.029
Aquisição	4.700	2.564	1.111	219	119	-	89	15	440	9.257
Baixas	(1.345)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.345)
Depreciação	(13.869)	(9.185)	(1.616)	(504)	(1.067)	(436)	(20)	(356)	-	(27.053)
Transferências	-	149	-	-	218	-	-	-	(367)	-
Saldos em 31/12/2022	29.529	46.436	2.377	3.043	5.493	5.302	179	1.570	959	94.888
Custo total	147.250	116.220	27.132	7.053	14.013	9.447	248	3.705	959	326.027
Depreciação acumulada	(117.721)	(69.784)	(24.755)	(4.010)	(8.520)	(4.145)	(69)	(2.135)	-	(231.139)
Valor contábil, líquido	29.529	46.436	2.377	3.043	5.493	5.302	179	1.570	959	94.888
Aquisição	5.697	4.470	785	445	508	-	-	-	280	12.185
Baixas	(338)	-	-	-	-	-	-	-	-	(338)
Depreciação	(11.460)	(8.821)	(1.240)	(523)	(1.062)	(509)	(27)	(352)	-	(23.994)
Transferências	-	77	58	-	110	-	-	-	(245)	-
Saldos em 31/12/2023	23.428	42.162	1.980	2.965	5.049	4.793	152	1.218	994	82.741
Custo total	152.609	120.767	27.975	7.498	14.631	9.447	248	3.705	994	337.874
Depreciação acumulada	(129.181)	(78.605)	(25.995)	(4.533)	(9.582)	(4.654)	(96)	(2.487)	-	(255.133)
Valor contábil, líquido	23.428	42.162	1.980	2.965	5.049	4.793	152	1.218	994	82.741

A Companhia não identificou indícios de não recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$2.329 (R\$2.633 em 31 de dezembro de 2022), relativos aos bens do ativo imobilizado foram dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

14. Fornecedores					2023	2022
Fornecedores nacionais - terceiros					725.421	746.285
Fornecedores nacionais - risco sacado com terceiros (i)					13.928	5.208
Fornecedores nacionais - risco sacado com partes relacionadas (i)					61.596	138.760
Fornecedores nacionais - (AVP)					(25.338)	(22.395)
					<u>775.607</u>	<u>867.858</u>

O ajuste a valor presente para 31 de dezembro de 2023 foi calculado considerando a taxa de 1,13% ao mês (1,33% a.m. em 31 de dezembro de 2022) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização. (i) A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado” (vide Nota 10). Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram antecipados R\$38.887 pelos fornecedores terceiros que geraram R\$53 de receita de comissão à Companhia (em 2022 foram antecipados R\$31.495 e a receita foi de R\$74, registrada como receita financeira, líquida do custo de impostos incidentes).

15. Empréstimos e financiamentos					2023	2022
Modalidade	Juros	Vencimento	2023	2022		
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,10% a 3,95% a.a.	Mar/2028	576.316	487.341		
Outros financiamentos	Pré-fixado de 10,20% a 14,40% a.a. CDI + 3,15% a 3,80% a.a. IPCA + 7,94% a 9,26% a.a.	Fev/2025 Dez/2026 Nov/2024	10.399 44.234 35.753	936 15.166 -		
			<u>666.702</u>	<u>503.443</u>		
Circulante			270.436	163.674		
Não circulante			396.266	339.769		

Composição do não circulante, por ano de vencimento:

Ano	2023	2022
2024	-	137.825
2025	150.246	87.416
2026	140.342	73.070
2027	97.513	41.458
2028	8.165	-
	<u>396.266</u>	<u>339.769</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 28.3.

a. Garantias: Em garantia dos contratos de capital de giro e Compror, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos acionistas controladores e mais recebíveis de cartões de crédito em 10% a 30% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas. Nos períodos apresentados, os limites de garantias foram atendidos, bem como, a alocação de certa quantia em aplicação financeira na própria instituição financeira. Já nos contratos denominados “Outros financeiros”, as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores. **b. Covenants:** A Companhia em 20 de março de 2023 assinou contrato de empréstimo na modalidade CCB, que contém cláusula relativa a cumprimento de índice financeiro, razão entre dívida líquida e EBITDA (IFRS 16) igual ou inferior a 4,0x para o exercício de 2023. O índice será calculado com base nas demonstrações financeiras intercalares semestrais. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração apurou que o índice financeiro foi de 1,6x, portanto, abaixo de 4,0x. Dessa forma, a Companhia até o momento cumpriu a cláusula de *Covenants*. Já nos contratos de outros financiamentos, as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores.

16. Obrigações fiscais					2023	2022
IRRF a recolher					2.366	2.012
ISS de terceiros a recolher					48	37
CSLL, PIS, COFINS e IOF a recolher					5.146	692
Impostos sobre vendas e serviços a recolher					36.003	31.199
Total de impostos a pagar					<u>43.563</u>	<u>33.940</u>
Parcelamento PIS/COFINS – PERT					7.506	9.365
Total de obrigações fiscais					<u>51.069</u>	<u>43.305</u>
Circulante					44.848	37.652
Não circulante					6.221	5.653

Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, relativos ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 30 de setembro de 2017 e a última em 31 de janeiro de 2030. A partir de então, a Companhia deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil – RFB com o objetivo de recuperá-los. Para minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais. A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento de tributos:

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2021					15.186
Atualização monetária					887
Pagamentos realizados					(6.708)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2022					9.365
Atualização monetária					1.982
Pagamentos realizados					(3.841)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2023					7.506
Circulante					1.285
Não circulante					6.221

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

			2023	2022
2024	-	929		
2025	1.285	929		
2026	1.285	929		
2027	1.285	929		
2028	1.263	929		
2029	1.017	929		
2030	86	79		
	<u>6.221</u>	<u>5.653</u>		

17. Receita diferida					2023	2022
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra accidental (i)					2.898	2.879
Repasse de vendas de cartão pré-pago (iii)					252	2.583
Adiantamentos recebidos (ii)					2.139	83
					<u>5.289</u>	<u>5.545</u>

(i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica “Receita diferida “. Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica “Venda de serviços”. A Companhia iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra accidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra accidental, registrando tal recebimento na rubrica “Receita diferida”. As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica “Venda de serviços”. (ii) Trata-se de adiantamentos recebidos para publicações de propagandas na Revista Kalunga. (iii) Corresponde ao saldo a repassar para o fornecedor de cartões pré-pagos interativos que são vendidos nas lojas. As vendas iniciaram em agosto de 2022 e sobre a venda de cada cartão a Companhia recebe uma comissão que varia entre 7% e 50%.

18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

a) Provisões para perdas prováveis. Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como perda provável, demonstradas a seguir:

	2023	2022
Trabalhistas	623	1.514
Cíveis	848	946
Tributárias	3.584	5.545
	<u>5.055</u>	<u>8.005</u>

Contingências trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas. **Contingências cíveis:** As causas cíveis referem-se a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor. **Contingências tributárias:** As causas tributárias referem-se a créditos de PIS / COFINS que poderão ser questionados pela autoridade competente. A Companhia está avaliando em conjunto com sua assessoria tributária a alternativa mais adequada para mitigação do risco envolvido. A movimentação das provisões para perdas prováveis está demonstrada abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.455	623	6.556	8.634
Provisão (reversão)	119	323	(1.011)	(569)
Pagamentos	(60)	-	-	(60)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.514	946	5.545	8.005
Provisão (reversão)	376	127	(1.961)	(1.458)
Pagamentos	(1.267)	(225)	-	(1.492)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	623	848	3.584	5.055

b) Contingências avaliadas como perda possível, portanto, não provisionadas. Os processos judiciais de risco de perda possível, estão apresentados abaixo por natureza:

	2023	2022
Natureza		
Cível	2.333	2.147
Trabalhista	11.532	11.817
Tributário	48.698	38.762
	<u>62.564</u>	<u>52.726</u>

Os valores relacionados a causas tributárias se referem substancialmente a: (i) Autos de infração de ICMS aplicados no estado de Pernambuco, cujas impugnações foram apresentadas pela Companhia requerendo o integral cancelamento do mesmo valor de R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2023. (ii) Auto de infração lavrado durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Empresa no montante de R\$6.894 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.402 em 31 de dezembro de 2022); e (iii) A Companhia, até 31 de dezembro de 2023, amparada na posição de seus assessores jurídicos, não adicionou a atualização monetária dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 9), na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nem na base do PIS e COFINS. Os assessores jurídicos avaliaram até essa data, que em caso de atuação, o risco de perda é possível.

A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do *leading case* RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, os assessores jurídicos da Companhia passaram a classificar o risco de perda como remoto, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, e mantêm como possível o risco de perda relativo a incidência de PIS / COFINS, sobre as atualizações monetárias na repetição de débitos, no montante de R\$10.716 em 31 de dezembro de 2023 (R\$8.982 em 31 de dezembro de 2022). Também é avaliado como possível, o risco da incidência de multa e juros por atraso de pagamento dos tributos, face a diferença temporal do reconhecimento do crédito e o uso do mesmo através do sistema de compensação (PERDCOMP) utilizado para liquidação de tributos federais, no montante de R\$27.339 em 31 de dezembro de 2023 (R\$21.268 em 31 dezembro de 2022).

19. Patrimônio líquido

a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$56.127 (idem em 31 de dezembro de 2022), representado por 622.139.776 ações ordinárias (idem em 31 de dezembro de 2022), sendo 50% detido por cada um dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal (idem em 31 de dezembro de 2022). **b) Alterações societárias.** Em 30 de abril de 2022, os acionistas através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovaram a proposta da Administração de aumentar o capital social da Companhia de R\$8.300 para R\$56.127, portanto, um aumento de R\$47.827, com a emissão de 122.139.776 novas ações ordinárias, sem valor nominal, através da utilização dos saldos de dividendos a pagar de R\$11.957 e de reserva de investimento de R\$35.870. **c) Reserva legal.** Conforme artigo 193 da Lei 6.404/76 e 28 do Estatuto Social, do lucro líquido do exercício apurado, deduzidos os prejuízos acumulados e qualquer provisão de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, serão destinados 5%, no mínimo, do saldo remanescente para a constituição de reserva legal, no limite, em que o saldo desta reserva não supere 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal é de R\$11.225 (R\$6.420 em 31 de dezembro de 2022). **d) Reserva para investimento.** Conforme artigo 28 §3º do Estatuto Social, após a constituição da reserva legal e observada a distribuição mínima obrigatória de dividendos, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Administração, destinar o lucro líquido remanescente para constituição de reserva para investimento, a qual, tem a finalidade de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. O saldo desta reserva não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, o capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de reserva para investimento é de R\$49.972 (R\$70.943 em 31 de dezembro de 2022). (Vide item “f” abaixo). As reservas de lucros, a de investimentos mais a reserva legal descrita no “c”, ultrapassam o capital social, em desacordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76. Com relação a esse assunto vide Nota Explicativa 32 Eventos subsequentes. **e) Custos com emissão de ações.** Conforme descrito na Nota 1, em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de Companhia aberta na categoria “A” na CVM, visando uma captação de recursos financeiros através de oferta pública inicial de ações (IPO). Conforme requerido pelo CPC 08 (R1), os custos de transação incorridos até 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$3.998, foram mantidos em conta transitória como pagamento antecipado no grupo de outros ativos circulantes. Caso o IPO seja concretizado, esse montante será baixado contra uma conta redutora de patrimônio líquido como custos de emissão de ações. Caso a Companhia desista do IPO, então esse montante será baixado como despesa no resultado do exercício corrente. **f) Distribuição de lucros relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.** Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023 foi aprovado que os valores relativos à reserva de investimentos constituída com base no lucro líquido do exercício social de 2022 e o saldo remanescente de reserva de investimentos de períodos anteriores que ambos totalizavam R\$70.943 fossem destinados a distribuição complementar de dividendos. Foi aprovado, em seguida, que os dividendos mínimos obrigatórios mais os dividendos complementares que juntos totalizavam R\$93.554, fossem liquidados mediante o abatimento do saldo de mútuo a pagar que os acionistas possuem junta a Companhia. **g) Distribuição de Lucros relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período intermediário em 2023.** Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2023, foi aprovada a distribuição intermediária de dividendos no valor de R\$50.000 com base nos resultados apurados até maio de 2023, os quais, foram utilizados em sua integralidade para amortização do saldo de mútuo a pagar que os acionistas possuem junta a Companhia. A Administração da Companhia informa que em relação aos dividendos mínimos obrigatórios determinados no artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, sua destinação estava inclusa na distribuição intermediária de dividendos acima que foi paga em montante superior ao mínimo obrigatório.

20. Gestão de capital. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras de curto prazo. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumarizados:

	2023	2022
(+) Empréstimos e financiamentos	666.702	503.443
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.516)	(5.310)
(-) Aplicação Financeira	(4.377)	(10.738)
(=) Dívida líquida	<u>656.809</u>	<u>487.395</u>
(+) Total do patrimônio líquido	117.330	133.496
(=) Total do capital	<u>774.139</u>	<u>620.891</u>
Índice de alavancagem financeira - %	84,84%	78,27%

21. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Vendas brutas de produtos	3.283.598	3.207.296
Venda de serviços	16.955	11.312
Ajuste a valor presente (AVP)	(44.312)	(40.681)
Devoluções	(57.212)	(60.158)
ICMS sobre vendas	(521.818)	(502.621)
PIS e COFINS sobre vendas	(251.219)	(245.243)
ISSQN sobre vendas de serviços	(762)	(474)
Receita líquida	<u>2.425.230</u>	<u>2.369.431</u>

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	2023	2022
Lojas físicas	1.984.128	1.913.049
Canal digital	437.158	452.463
Copy & Print	3.944	3.919
	<u>2.425.230</u>	<u>2.369.431</u>

22. Despesas com vendas

	2023	2022
Salários e encargos sociais	(246.533)	(234.109)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(96.522)	(90.841)
Depreciação e amortização	(22.901)	(26.035)
Taxa de cartão de crédito	(41.624)	(40.321)
Propaganda e publicidade	(33.269)	(38.297)
Aluguéis	(39.622)	(30.978)
Energia elétrica, água e telefone	(26.351)	(26.460)
Frete com vendas	(20.327)	(20.404)
Imposto predial e taxas de funcionamento	(16.721)	(15.357)
Despesas com manutenção	(7.666)	(8.487)
Despesas com ICMS/ICMS Difal	(18.594)	(11.471)
Serviços de terceiros	(13.047)	(14.499)
Materiais de embalagem	(7.120)	(7.663)
Impressos e material de escritório	(2.922)	(2.621)
<i>Royalties</i>	(5.915)	(4.387)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(3.769)	(2.550)
Quebra de caixa	(418)	(355)
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	-	1.011
Outras despesas	(11.636)	(16.685)
	<u>(614.957)</u>	<u>(590.509)</u>

(i) Esse montante compreende R\$106.308 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (R\$100.046 em 2022), líquido de R\$9.786 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos (R\$9.205 em 2022).

23. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Serviços de terceiros	(38.032)	(30.465)
Salários e encargos sociais	(35.176)	(32.031)
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	1.458	(442)
Manutenção	(851)	(545)
Depreciação e amortização	(2.127)	(2.163)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(1.101)	(807)
Energia elétrica, água e telefone	(395)	(408)
Aluguéis	(198)	(221)
Pró-labore	(6.525)	(5.400)
Legais e tributárias	(201)	(363)
Outras despesas	(4.550)	(3.865)
	<u>(87.698)</u>	<u>(76.710)</u>

(i) Esse montante compreende R\$1.173 (R\$873 em 2022) de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (Nota 12), líquido de R\$72 (R\$66 em 2022) de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos

27. Resultado por ação

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no exercício. A Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	104.777	95.203
Quantidade média ponderada de ações no exercício	622.139.776	622.139.776
Lucro por ação – básico e diluído (expressos em Reais)	0,1684	0,1530

28. Instrumentos financeiros

28.1 Gestão de risco financeiro. As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. **a) Risco de mercado.** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço. **Risco de taxa de juros.** A Companhia

está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e sobre os empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic. No caso dos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de juros que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuem as receitas financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM Nº. 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia. A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023:

		Resultado financeiro					
		Risco	2023	Taxa	Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:					(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI		2.956	CDI	18	14	9
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI		4.377	CDI	449	337	225
Partes relacionadas	Redução do CDI		604.311	CDI	60.915	45.686	30.458
	Subtotal		611.644		61.382	46.037	30.691
Passivos:							
Empréstimos e financiamentos, capital de giro (*)	Alta do CDI		(582.907)	CDI	(58.757)	(73.446)	(88.136)
Outros financiamentos	Alta do CDI		(44.234)	CDI	(4.459)	(5.574)	(6.689)
Outros financiamentos	Alta do IPCA		(35.753)	IPCA	(1.394)	(1.743)	(2.091)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic		(7.506)	Selic	(676)	(845)	(1.014)
	Subtotal		(670.400)		(65.286)	(81.680)	(97.930)
	Total		(58.756)		(3.904)	(35.572)	(67.239)

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual DI pré conforme site B3 (10,08% a.a.) extraída em 08 de janeiro de 2024. Em relação ao cenário provável da SELIC foi considerada a projeção anual divulgada no Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 05 de janeiro de 2024 (9,00% a.a.), assim como, a projeção anual do IPCA (3,90% a.a.). (*) Valor bruto dos custos de amortização de captações de recursos de terceiros.

		Resultado financeiro					
		Risco	2022	Taxa	Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:					(ii)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI		10.134	CDI	960	720	480
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI		5.310	CDI	724	544	362
Partes relacionadas	Redução do CDI		649.891	CDI	87.930	65.948	43.965
	Subtotal		665.335		89.614	67.212	44.807
Passivos:							
Empréstimos e financiamentos, capital de giro (*)	Alta do CDI		491.091	CDI	(66.445)	(83.056)	(99.668)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic		9.365	Selic	(1.147)	(1.434)	(1.721)
	Subtotal		500.456		(67.592)	(84.490)	(101.389)
	Total		164.879		22.022	(17.278)	(56.582)

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual DI pré conforme site B3 (13,53% a.a.) extraída em 02 de janeiro de 2023. Para o cenário provável da SELIC foi considerada a projeção anual divulgada no Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 30 de dezembro de 2022 (12,25% a.a.). (*) Valor bruto dos custos de amortização de captações de recursos de terceiros.

b) Risco de crédito. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, os quais atualmente não são significativos, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, em que o risco de crédito é substancialmente das administradoras de cartões. Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições

de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico. **c) Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$257.457 (R\$311.142 em 31 de dezembro de 2022). O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

		Resultado financeiro				
		Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores		775.607	-	-	-	775.607
Passivo de arrendamento		103.443	319.109	43.228	-	465.780
Empréstimos e financiamentos		270.436	396.266	-	-	666.702
Total		1.149.486	715.375	43.228	-	1.908.089
		Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores		867.858	-	-	-	867.858
Passivo de arrendamento		98.780	340.666	83.921	-	523.367
Empréstimos com partes relacionadas		100.817	4.914	-	-	105.731
Empréstimos e financiamentos		163.674	339.769	-	-	503.443
Total		1.231.129	685.349	83.921	-	2.000.399

d) Instrumentos derivativos. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 31 de dezembro de 2023 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

28.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	5.516	17.338
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	160.463	122.472
Aplicação financeira	Custo amortizado	Nível 2	4.377	5.310
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	604.311	649.891
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	37.402	27.503
			812.069	822.514
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	775.607	867.858
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	666.702	503.443
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	465.780	523.367
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	-	105.731
			1.908.089	2.000.399

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

28.3 Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamento

2023						
Em 31 de dezembro de 2022	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Custo de transação	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2023
Passivo de arrendamento	523.367	(100.248)	(57.316)	42.660	-	465.780
Empréstimos e financiamentos	503.443	(149.644)	(95.925)	312.705	(2.840)	666.702
Empréstimos com partes relacionadas	105.731	(111.817)	(647)	6.086	-	-
1.132.541	(361.709)	(153.888)	361.451	(2.840)	156.927	1.132.482
2022						
Em 31 de dezembro de 2021	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 31 de dezembro de 2022
Passivo de arrendamento	544.986	(86.905)	(62.129)	65.282	-	523.367
Empréstimos e financiamentos	688.372	(210.285)	(90.990)	30.000	(1.625)	503.443
Empréstimos com partes relacionadas	107.076	(151.103)	-	149.041	-	105.731
1.340.434	(448.293)	(153.119)	244.323	150.821	(1.625)	1.132.541

29. Pagamento baseado em ações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas. A Administração do plano e outorga de opções caberá ao Conselho de Administração. Até 31 de dezembro de 2023, não foram outorgadas opções e não houve, consequentemente, nenhum registro contábil desse plano.

30. Transações que não afetam caixa. As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2023	2022
Abatimento de dividendos distribuídos do mútuo a receber de partes relacionadas	95.203	-
Arrendamentos contratados durante o exercício e provisão de desmantelamento	42.706	14.454
Remensuração de arrendamentos	12.918	66.282
Baixa de contratos de arrendamento	2.065	1.862
Aumento de capital com reserva	-	35.870
Aumento de capital com dividendos	-	11.957
Dividendos propostos	40.000	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	22.611
Compensação de IR/CS correntes com créditos de PIS/COFINS	65.101	48.960

31. Seguros contratados. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros: **(a)** Estabelecimentos comerciais (lojas) - incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R\$730.926 (R\$728.368 em 31 de dezembro de 2022), com um limite máximo garantido de R\$98.100 (R\$98.100 em 31 de dezembro de 2022); Centros de Distribuição no montante total de R\$227.572 (R\$262.982 em 31 de dezembro de 2022), com um limite máximo garantido de R\$225.302 (R\$225.302 em 31 de dezembro de 2022); **(b)** Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R\$5.500 (R\$5.500 em 31 de dezembro de 2022); **(c)** Seguro aeronáutico no montante limite de US\$13 milhões de dólares americanos (idem em 31 de dezembro de 2022), equivalentes a R\$64.389 (R\$67.830 em 31 de dezembro de 2022); **(d)** Responsabilidade cível de Administradores e Diretores (D&O) com um limite máximo garantido de R\$60.000 (idem em 31 de dezembro de 2022); e **(e)** Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética (CyberEdge) com um limite máximo garantido de R\$1.000 (idem em 31 de dezembro de 2022).

32. Eventos subsequentes. Diante do exposto na Nota 19, item (d), os saldos das reservas de lucros, legal e de investimento, ultrapassaram o limite do capital social. Para

atendimento ao artigo 199 da Lei 6.404/76, a Diretoria Executiva propôs ao Conselho de Administração, na reunião realizada em 29 de fevereiro de 2024, e o mesmo aprovou, a distribuição de dividendos no valor de R\$40.000 por conta dos lucros apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, com base nos resultados apurados até janeiro de 2024, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho de Administração aprovou R\$51.000 relativos à distribuição intermediária de dividendos. O total de R\$91.000, referente as distribuições acima, será utilizado, em sua integralidade, para amortização do saldo do mútuo a pagar que os acionistas possuem junto a Companhia.

Conselho da Administração	
Paulo Sérgio Menezes Garcia – Presidente do Conselho de Administração Emerson Piovezan – Vice-Presidente do Conselho de Administração José Roberto Menezes Garcia Antonio Mauricio Maurano German Pasquale Quiroga Vilardo	
Diretoria	
José Roberto Menezes Garcia – Diretor-Presidente Felipe de Albuquerque Campos – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores Hoslei Amauri Lopes Pimenta – Diretor Plínio José Lopes Shigematsu – Diretor	

CONTADOR

Jovino Domingues Vieira – CRC-SP: 1SP 128.133/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas da Kalunga S.A. - São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis. Examinamos as demonstrações contábeis da Kalunga S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kalunga S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião sobre as demonstrações contábeis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacio-

nais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Reconhecimento das Receitas de Vendas.** O procedimento de reconhecimento das receitas operacionais da Companhia envolve uma complexa matriz de controles internos, destinados a garantir que todas as mercadorias faturadas tenham sido efetivamente entregues aos seus devidos destinatários dentro do exercício fiscal correto. Desta forma, assegura-se que as receitas oriundas das vendas de mercadorias sejam reconhecidas em conformidade com o princípio da competência contábil. As políticas adotadas pela Companhia para o reconhecimento de receitas, bem como os métodos utilizados para tal, estão extensivamente detalhados nas notas explicativas 3.18 e 21. Este tópico foi destacado como um dos Principais Assuntos de Auditoria, devido ao volume substancial e à dispersão diária das transações verificadas. No processo de reconhecimento de receitas operacionais não foram identificadas inconsistências, que caso identificadas, poderiam levar a distorções materialmente relevantes nas Demonstrações Contábeis. **Resposta da auditoria sobre o assunto.** Nossos procedimentos de auditoria englobaram, entre outros aspectos, a análise detalhada dos controles internos relacionados à Companhia e a realização de testes substantivos mediante seleção amostral acerca do processo de reconhecimento de receitas operacionais. Esses procedimentos incluíram, por exemplo, a confirmação do momento exato do reconhecimento de receitas, avaliação documental para corroborar as vendas realizadas e respectivos recebimentos financeiros, bem como, a execução de testes direcionados para verificar a correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e o efetivo reconhecimento das receitas. Adicionalmente, foram realizadas revisões das premissas e testes específicos sobre os critérios empregados na elaboração dos ajustes a valor presente, com ênfase particular na verificação da autenticidade e apropriada mensuração dessas receitas, e seu registro no período de competência aplicável. Com base nos resultados obtidos através de nossos procedimentos de auditoria aplicados ao processo de reconhecimento de receitas operacionais, não foram identificados ajustes de auditoria necessários. Esta constatação é consistente com a avaliação realizada pela gestão, levando-nos a concluir que as práticas contábeis adotadas, incluindo as políticas de registro e as divulgações nas notas explicativas 3.18 e 21, são adequadas e aceitáveis, considerando o contexto das Demonstrações Contábeis como um todo. **Gestão do Ambiente de Tecnologia da Informação.** Em virtude do significativo volume de transações e a alta dependência das operações da Companhia em relação à infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), incluindo sistemas e aplicações críticas, além da natureza específica dos seus empreendimentos e sua extensão geográfica, o ambiente de TI foi classificado como um Principal Assunto de Auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto.** Os procedimentos de auditoria executados abrangeram: (i) a avaliação da configuração e da efetividade dos Controles Gerais de Tecnologia da Informação (CGTI) empregados pela Companhia nos sistemas e aplicações identificados como críticos para a integridade das informações que influenciam diretamente as Demonstrações Contábeis; (ii) inspeção dos processos de auditoria destinados a validar a eficácia dos controles sobre acessos lógicos, administração de mudanças, e gerenciamento das operações de TI, elaboração e processamento de relatórios financeiros, além de outros elementos pertinentes à tecnologia; (iii) engajamento de especialistas em TI para suporte na realização desses testes; (iv) análise do procedimento de geração e extração de relatórios fundamentais para os saldos das contas contábeis; e (v) implementação de testes de conformidade sobre as informações geradas pelos sistemas e soluções tecnológicas da Companhia. Quanto aos controles de acessos lógicos: (i) procedemos à análise dos procedimentos de autorização e emissão de credenciais para novos usuários, a revogação em tempo hábil de acessos a membros desligados ou desvinculados, e a revisão regular de perfis de usuário; e (ii) examinamos as diretrizes para criação de senhas, configurações de segurança e acessos aos recursos de TI. No contexto do gerenciamento de alterações: (i) avaliamos a formalização e aprovação de mudanças em sistemas e aplicações pelo conselho diretivo da Companhia; e (ii) inspecionamos o gerenciamento de operacionalidades, com enfoque nas estratégias para execução de backups de segurança e a pronta resolução de intercorrências. Durante nossa avaliação, identificamos algumas deficiências nos Controles Gerais de Tecnologia da Informação (CGTI) que, embora presentes, não são consideradas significativas para a gestão global do ambiente de TI da Companhia. Importante destacar que essas deficiências não comprometeram a integridade geral das Demonstrações Contábeis nem refletem falhas críticas no ambiente de TI. A identificação dessas lacunas nos Controles Gerais de TI provocou uma reavaliação da natureza, timing e extensão de nossos testes substantivos, ajustados para assegurar a coleta de evidências de auditoria suficientes e adequadas. Dada a expansão destes procedimentos, julgada necessária por nossa equipe, os resultados obtidos forneceram uma base de evidência satisfatória e congruente com as Demonstrações Contábeis datadas de 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos. Demonstrações trimestrais do Valor Adicionado (DVA) – informação suplementar.** A demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** Os valores correspondentes ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e às respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado - informação suplementar, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 23 de março de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda
CRC 2 SP 013846/O-1
Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

